

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UM ESTUDO DO PROBLEMA E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS¹

Lara Oliveira Proença²
Selma Cristina Tomé Pina³
Diego Souza Hipólito⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender o que é violência política de gênero, quando ocorrem e quais são as suas consequências para a sociedade como um todo, de forma histórica. Para tanto, foi necessária uma elucidação de determinados conceitos a fim de facilitar a compreensão do assunto e derrubar alguns pré-conceitos existentes. Além disso, estatísticas atuais sobre a participação feminina na política somado a casos concretos sobre o assunto foram expostos, a fim de demonstrar que, infelizmente, é muito comum a ocorrência dessas situações em espaços de poder. Por fim, foram feitas considerações finais sobre o assunto, abordando o conceito de paridade de gênero na política e quais seriam suas consequências para o meio social.

Palavras-chave: Violência; política de gênero; consequências.

1 INTRODUÇÃO

A ocorrência da violência política de gênero dificulta e, muitas vezes, impede a conquista do espaço feminino na política. É importante ressaltar que esse tipo de violência não se restringe somente a agressões físicas, mas também psicológicas, sexuais, virtuais, patrimoniais, dentre outros tipos. Ademais, é caracterizada por ter o agressor, o intuito de desqualificar a vítima em espaços de poder político e tomada de decisões.

Logo após compreender o conceito de violência política de gênero a partir do desenvolvimento do presente estudo, serão identificados, expostos e criticados, alguns casos que aconteceram no Brasil e ganharam a atenção da mídia. É importante levar em consideração que o número de mulheres que exercem o poder político no nosso país ainda é baixo, devido a inúmeras dificuldades enfrentadas por elas, incluindo a violência política de gênero. A partir da pesquisa que será detalhada no desenvolvimento do presente trabalho, foi possível constatar que a grande maioria das mulheres que participam da política, tanto brasileira quanto mundial, já sofreram algum tipo de violência pelo simples fato de serem mulheres.

Quais foram os desdobramentos desses casos? As vítimas ainda possuem carreira política? Quais foram as consequências para vítima e o para o agressor? Quais mudanças são necessárias para o fim da violência política de gênero? O que esse tipo de violência causa na

¹ Artigo submetido em 25/11/2024, à Revista Jurídica da Libertas – Faculdades Integradas.

² Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos.

³ Doutoranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Professora de Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

⁴ Professor Especialista em Docência Jurídica. Tutor na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: diegohipolito@libertas.edu.br.

sociedade atual como um todo? Quais serão as consequências para as futuras gerações femininas interessadas na política? Esses foram alguns dos questionamentos que incentivaram a busca de respostas através da presente pesquisa. Sendo assim, a elaboração deste artigo é justificada pela busca da informação sobre o tipo de violência já mencionado, somado a todas as consequências que a mesma traz.

Com o intuito de responder essas e outras perguntas, a pesquisa foi realizada visando os seguintes objetivos: apresentar o conceito de violência política de gênero; pesquisar o número atual de mulheres presentes atualmente na política brasileira; expor e realizar críticas sobre casos desse tipo de violência que aconteceram no Brasil e quais foram seus desdobramentos; pesquisar sobre a paridade de gênero, seu conceito e quais seriam suas consequências; e, por fim, apresentar as conclusões sobre o tema como um todo e sobre possíveis melhorias para a política brasileira a partir de uma maior participação do sexo feminino.

Um ponto que não deve ser esquecido é que, a partir dessas pesquisas foi possível compreender que as mulheres brasileiras não são as únicas que sofrem com a violência política de gênero, ou seja, não se trata de um problema isolado, mas uma situação que acomete todo o mundo, graças a concepções históricas advindas do patriarcado. A busca pela paridade de gênero na política é somente uma das lutas que o sexo feminino enfrenta diariamente para conseguir conquistar espaços que almejam e, ainda, a aceitação de toda a sociedade.

2 DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Para compreender como acontece a violência política de gênero e quais são suas consequências, primordialmente é importante entender o que é violência de gênero. É imprescindível ressaltar que muitas das concepções históricas concretizadas pela Igreja, pelo patriarcado e pela sociedade como um todo, embasadas em ideias decorrentes do machismo estrutural, ainda causam efeitos nos dias atuais. Tais efeitos são ainda mais recorrentes na vida das pessoas do sexo feminino, quando a mulher é vista como um ser de vida privada, tendo tarefas domésticas como sua única possibilidade de trabalho.

Sabe-se que a violência de gênero prejudica as mulheres de diversas formas, desde o ganho salarial desigual, até a falta de segurança para andar nas ruas. Segundo a ONU, a violência contra a mulher é uma epidemia global, ou seja, todos os países encaram esse problema no mundo hodierno. Pode parecer fácil identificar esse tipo de violência, contudo, ela já se tornou tão corriqueira que algumas vezes acaba sendo neutralizada e vista como uma situação comum.

O tema central do presente trabalho é a violência política de gênero, que pode ser identificada como a violência contra o gênero feminino que acontece nos espaços de poder e decisão. Como já foi falado, a sociedade se acostumou com concepções patriarcais antigas e, por isso, o meio social não compreende que as mulheres ocupam espaços de poder e autoridade, sendo tão competentes quanto o sexo masculino nas tomadas de decisões. Por essa razão, a violência política de gênero pode ser vista como a reação da sociedade ao ver uma mulher adentrando em um espaço de poder político, sendo ela eleita ou apenas candidata.

Existem variadas definições de violência política de gênero, uma vez que a mesma pode acontecer por diferentes meios, de diferentes formas. Segundo a Organização dos Estados Americanos, esse tipo de violência pode ser definido como:

Qualquer ação, conduta ou omissão, praticada diretamente ou por meio de terceiros, sem gênero, que cause prejuízo ou sofrimento a uma mulher ou várias mulheres, que tem por efeito ou impedimento ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pelas mulheres de seus direitos políticos. Violência contra

mulher na política pode incluir, mas não se limita a, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica (OAS, 2017, p. 23, tradução nossa).

É importante compreender que o problema pode se iniciar antes mesmo de adentrar no espaço de poder. Muitas candidatas sofrem dentro de casa, quando são pressionadas a não entrarem nesse mundo da política, por meio de desincentivos financeiros, ameaças e intimidação verbal. Além disso, nas pré-campanhas, muitos partidos, que são em sua grande maioria comandados por homens, não dão espaço e abertura para as mulheres (ELEITAS, 2020, p. 54).

A fim de incentivar a participação feminina na política, foi criada a lei de cotas para as mulheres, que foi adotada em 1995, mas mesmo depois dessa inovação, ainda não existe a paridade de gênero (MARQUES, 2018). Isso acontece porque os partidos, mais uma vez dificultando a inserção feminina no espaço de poder, preferem burlar a lei em vez de lançar mulheres como candidatas.

Segundo o estudo “Eleitas: mulheres na política”, nas últimas eleições brasileiras um partido chegou a criar candidaturas laranjas a partir de um esquema, com o intuito de desviar o fundo eleitoral destinado às mulheres. O esquema acontecia por meio de falsos registros de candidaturas. Dessa forma, pode-se observar que vale tudo quando o assunto é o impedimento da inserção feminina na política.

Depois dessa fase de pré-campanha, as violências se acentuam ainda mais. Como exemplo, pode-se citar desde ameaças e publicações de *Fake News* sobre a vida pessoal da candidata, até violência física e assassinato. Segundo as autoras Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín (2020), existem formas de identificar quando a ofensa a uma mulher no mundo da política realmente é uma violência de gênero, por meio de critérios norteadores, sendo eles:

- A) O ofensor se manifesta por meio de palavras preconceituosas orais ou escritas ou, até mesmo por meio de gestos de forma pessoal ou online contra uma vítima;
- B) O ofensor realiza desenhos, símbolos ou pichações machistas, destrói imagens, cartazes ou locais onde uma vítima trabalha ou mora;
- C) O ofensor já se envolveu antes em hipóteses preconceituosas semelhantes;
- D) Para ser considerada vítima, a candidata ou mulher eleita precisa manifestar-se ou participar de atividades que dizem respeito às mulheres ou outras minorias;
- E) A vítima foi violada a partir de uma característica, opinião ou atuação em que um homem não seria atacado se realizasse;
- F) A comunidade em geral, por meio de discursos e notícias de que a situação tinha caráter preconceituoso (KROOK; SANÍN, 2020).

Contudo, é imprescindível ressaltar que os vários meios possíveis de realização desse tipo de violência dificultam sua identificação como violência política. Para elencar o rol de tipos de violência, podemos começar pela violência física, que acontece por meio de agressões e contatos físicos intimidadores contra mulheres, simplesmente por exercerem função política.

Prosseguindo, tem-se a violência psicológica, que também acontece no meio político contra o sexo feminino, quando, por exemplo, uma mulher é desqualificada ou ignorada ao realizar seu trabalho, expor ideias ou opiniões, única e exclusivamente pelo fato de ser mulher. Comentários machistas, autoritários e preconceituosos também se encaixam nesse tipo de violência.

Junto a isso, os casos de assédio contra mulheres candidatas e eleitas também são comuns no mundo do poder político, caracterizando a violência sexual, que existe quando é violada a intimidade feminina de forma não consentida. Além do que já foi exposto, existe a

chamada violência patrimonial, quando, por exemplo, os partidos não fazem o devido repasse financeiro às candidaturas de mulheres, não agindo de acordo com as leis.

Concluindo o pensamento, vale lembrar que a violência política de gênero não se limita somente no que foi exposto acima, mas engloba todos esses meios de realização. O rol exposto acima distingue os tipos e os meios em que a violência citada ocorre, contudo, outras manifestações também podem ser consideradas violência política de gênero, já que não existem ações específicas que caracterizam a mesma.

A violência contra as mulheres na política pode ter um impacto que vai além das mulheres que a sofrem diretamente, dado que cumpre o duplo papel de buscar alijar aquela que é alvo das agressões da política e diminuir o alcance de sua atuação, bem como passar uma mensagem para todas as outras mulheres que indique que a esfera pública não é o seu lugar, e caso insistam em disputá-lo, sofrerão sanções por tal comportamento (PINHO, 2020).

Por fim, o problema exposto deve ser visto como uma situação que interfere diretamente em todo o meio social, não somente na vida da mulher, vítima direta da violência. É fato que o problema mencionado causa um grande desincentivo em relação as mulheres que almejam, futuramente, adentrar no mundo da política. A autora Tássia Rabelo de Pinho confirma essa afirmação em seu artigo “Debaixo do tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”, no trecho citado acima.

2.1 Número de Mulheres no poder no Brasil

São nos municípios onde há uma maior possibilidade de iniciar a carreira feminina na política, uma vez que existe nesse âmbito, mais proximidade entre os eleitores e a candidata e, além disso, é onde as políticas públicas possuem um impacto mais significativo para a população (ONU Mulheres Brasil e PNUD, 2020).

Pensando ainda no âmbito dos cargos municipais, ao analisar as candidaturas no ano de 2020, têm-se como resultado a porcentagem de 66,50% de candidatos e 33,50% de candidatas (TSE, 2020 apud. ONU Mulheres Brasil e PNUD, 2020). Portanto, vê-se que mesmo em municípios, onde teoricamente há mais proximidade entre os candidatos e o eleitorado, a diferença numérica na participação dos gêneros permanece.

Outro dado que deve ser levado em consideração, é o grau de instrução das candidaturas para cargos municipais, também no ano de 2020. Ao analisar por gênero, têm-se que 28,70% das mulheres candidatas naquele ano, possuíam ensino superior completo, enquanto 22,00% dos homens possuíam a mesma qualidade (TSE, 2020 apud. ONU Mulheres Brasil e PNUD, 2020).

Ainda levando em conta o âmbito municipal em 2020, pôde ser observado nos resultados das eleições, que houve um pequeno crescimento quanto às mulheres eleitas como prefeitas, se comparado com os resultados do ano de 2016. Enquanto em 2016, 11,5% das prefeituras passaram a ser comandadas por mulheres, em 2020 esse número cresceu para 12,2% (ONU Mulheres Brasil e PNUD, 2020).

Após analisar esses números que correspondem à realidade dos municípios brasileiros quanto à participação feminina na política, é possível afirmar que a violência política de gênero é um dos fatores que contribuem para que esses números continuem sendo pequenos. Esse fato constrói mais uma barreira no caminho das mulheres que almejam entrar para a política, uma vez que gera medo ao sexo feminino.

Pensando agora no âmbito estadual, a situação ainda é mais complicada para as mulheres. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, na última eleição que aconteceu em 2018, 9.204 mulheres se candidataram, sendo eleitas somente 290, o que corresponde a 16,20% do universo de 1.790 cargos. Além disso, dos 27 governadores eleitos no mesmo ano, temos somente uma mulher ocupando esse cargo, sendo ela Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

Seguindo esse pensamento, no âmbito federal, dos 513 Deputados e Deputadas Federais, desde as eleições de 2018, 77 são mulheres, o que corresponde a 15% do total. Vale ressaltar que nas eleições de 2014, somente 10% do total de representantes eram mulheres (HAJE, 2018). Ou seja, de uma eleição para a outra, houve o aumento significativo de 5% na presença feminina na Câmara.

Por fim, pensando na história do Brasil quanto à presidência, é possível constatar que desde de 1889, quando nosso país se tornou uma república, somente uma mulher foi eleita presidente, sendo ela Dilma Rousseff, eleita em 2011 (SILVA, 2017).

2.2 Casos de Violência política de Gênero no Brasil

Neste tópico serão expostos, com um olhar crítico, alguns casos de violência política de gênero que já aconteceram no Brasil e quais foram seus desdobramentos.

A violência política de gênero é uma triste realidade no cenário brasileiro e pode ser vista e constatada através de diversos casos emblemáticos que marcaram a sociedade, destacando o desrespeito e descaso enfrentados por mulheres que se colocam em espaços de poder. Dentre os casos mais notórios que podemos destacar, foi o brutal assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, ocorrido em março de 2018; outro caso relevante foi o de Isa Penna, Deputada Estadual de São Paulo, que em dezembro de 2020 foi assediada em pleno plenário por um colega de partido; também a situação da vereadora Fabrícia Tinoco, do Rio Grande do Norte, também sofreu ameaças de morte após denunciar crimes ambientais e corrupção local.

Esse tipo de intimidação expõe como as mulheres que exercem mandatos são alvos não apenas de ataques à sua integridade, mas também de tentativas de silenciamento, reforçando a dificuldade em fazer valer os direitos constitucionais no contexto político.

Esses casos revelam a dimensão da violência política de gênero no Brasil, evidenciando que mulheres em posições de poder muitas vezes enfrentam riscos concretos à sua integridade física e emocional. A violência política de gênero não se limita a atos físicos ou verbais, mas também se expressa na negação de direitos políticos e no enfraquecimento de suas vozes em decisões públicas. Tais ocorrências, além de violarem os direitos humanos, enfraquecem a democracia e perpetuam a desigualdade de gênero nos espaços de poder.

2.2.1 Marielle Franco

A vereadora Marielle Franco, mulher, negra e cria da favela da Maré, no Rio de Janeiro, foi assassinada no dia 14 de março de 2018. Marielle era socióloga e tinha mestrado em Administração Pública, além de assumir o cargo de vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, sendo eleita com 46.502 votos, em 2016 (INSTITUTO MARIELLE FRANCO).

A vereadora era militante em direitos humanos e lutava por causas sociais, movimentos feministas, negros e de favelas (INSTITUTO MARIELLE FRANCO). Filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), a política com trajetória ativista, passava de carro pela Rua Joaquim Palhares, no Estácio, na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada por seu motorista Anderson Pedro Gomes e sua assessora Fernanda Chaves, quando criminosos abriram fogo contra o carro em que os três estavam, segundo matéria do Jornal El País, publicada no dia 15 de março de 2018, pela jornalista Flávia Marreiro.

Segundo o jornal Extra, em matéria publicada e escrita pelos jornalistas Luã Marinnato e Rafael Soares, também no dia 15 de março de 2018, a Polícia Civil encontrou pelo menos oito cápsulas no local do crime. Além disso, policiais informaram que o carro dos criminosos teria se emparelhado ao da vereadora e, a partir desse momento, foi iniciado o tiroteio. A janela do banco traseiro, onde Marielle se encontrava, foi totalmente destruída e pelo menos cinco tiros teriam acertado sua cabeça.

É nítido que o caso em questão é uma séria situação de violência política de gênero que até hoje gera incógnitas sobre sua ocorrência. Ainda de acordo com a matéria do Jornal El País, dois ex-policiais militares, suspeitos de cometer o assassinato estão presos, mas ainda não foram julgados e o mandante do crime ainda não foi identificado.

Em toda a sua trajetória, Marielle lutou pelas minorias, por causas muitas vezes vistas - por olhares preconceituosos e conservadores - como causas de pouca importância. Contudo, seus movimentos com certeza geravam grande incômodo, o que infelizmente levou ao seu assassinato em 2018.

Há exatamente 3 anos e 5 meses o fato ocorreu e, nos dias atuais, ainda não se tem respostas a todas as perguntas sobre o caso, situação que gera grande indignação. Todos os indícios do caso caracterizam uma execução, e mesmo depois de tantas investigações, não há resposta para a pergunta: quem mandou matar Marielle?

Além dessa indagação, é intrigante refletir: porque a vereadora incomodava tanto, a ponto de ter sido assassinada? O que acontecerá com as próximas “Marielles”, mulheres que lutam, não se calam e querem ser ouvidas? São alguns dos inúmeros questionamentos que ainda necessitam de respostas.

2.2.2 Isa Penna

No Portal Notícias UOL, foi publicada uma reportagem no dia 17 de dezembro de 2020, pela jornalista Ana Carla Bermúdez, que narra o triste fato ocorrido com a deputada estadual do Estado de São Paulo, Isa Penna, filiada ao PSOL, no dia 16 de dezembro de 2020, durante sessão da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo).

Segundo o mesmo Portal de Notícias, a deputada registrou um Boletim de Ocorrência contra o também deputado estadual, Fernando Cury, por assédio sexual - outro tipo de violência política de gênero praticado com muita incidência. No caso, Cury se aproximou, passando por trás da deputada e colocou as mãos na cintura dela, na altura de seus seios.

Enquanto Isa Penna conversava com o presidente Cauê Macris, o fato aconteceu e foi gravado, sendo o vídeo espalhado por toda a mídia. Após o acontecimento, segundo a mesma notícia do Portal UOL, o deputado Fernando Cury disse se sentir triste e constrangido com a repercussão do vídeo, negando ter cometido assédio em seu ato.

Em outra notícia, publicada no Portal G1, pela jornalista Vivian Reis no dia 01 de abril de 2021, foi informado que por decisão inédita, a Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais) suspendeu o deputado Fernando Cury por 180 dias, o fazendo perder o mandato durante esse período.

Após a ocorrência do citado caso, é importante reconhecer que a atitude da Assembleia foi de suma importância, uma vez que serviu de exemplo a outros políticos que ainda praticam esse tipo de violência. Contudo, o caminho para a conquista do total respeito às mulheres nos espaços de poder ainda é longo. Por isso, é extremamente necessário que esses tipos de caso ganhem repercussão e sejam vistos com a grande importância que realmente merecem, para que não se repitam com tanta frequência.

2.2.3 Fabrícia Tinoco

O caso da vereadora Fabrícia Tinoco foi relatado no Portal de Notícias Campo Grande News, com matéria publicada no dia 13 de maio de 2020, pelo jornalista Adriano Fernandes. Segundo a matéria, a vereadora da cidade de Bela Vista, no Campo Grande, foi agredida pelo também vereador Francisco Leite Gutierrez, durante discussão sobre uma obra no município.

Após o ocorrido, a vereadora gravou um vídeo e publicou em seu perfil no Facebook, descrevendo os fatos. Fabrícia relatou que durante a calorosa discussão, Francisco segurou fortemente em seu braço, a arrastando pelos cabelos e a jogando para fora da sala, deixando hematomas no braço da vereadora.

Ademais, a vereadora relata que registrou Boletim de Ocorrência contra Francisco e realizou exame de corpo de delito. Em outra fala, Fabrícia afirma que não ficará calada frente a esses tipos de violência e que apoiará outras mulheres que sofrem com o mesmo problema.

Ao analisar tais relatos, é perceptível que a violência física ocorrida contra a vereadora Fabrícia, caracteriza mais um caso de violência política de gênero. Um caso que infelizmente não tomou grandes proporções, tendo o vereador sido apenas impedido de participar das sessões na Câmara, em função de medida protetiva em favor da vereadora, de acordo com matéria publicada pela jornalista Danúbia Burema, em 26 de maio de 2020, o portal Mídia Max da UOL.

2.2.4 Joice Hasselmann

A deputada federal, Joice Hasselmann relatou em matéria ao Portal Poder 360, publicada pela jornalista Gabriela Oliva, em 09 de março de 2021, que a violência política de gênero não tem partido. A deputada, defensora de ideais “de direita”, se posiciona contra pautas importantes como os vários tipos de violência política.

Além disso, na mesma matéria, a deputada relatou que esse tipo de violência contra a mulher a acompanha ininterruptamente há mais de um ano, quando se afastou dos ideais do ex-Presidente Jair Bolsonaro. A política conta também que sofreu com mensagens sobre sua imagem corporal e até mesmo montagens pornográficas de estupro e morte.

Joice relata, por fim, que tais episódios a adoeceram e que a mesma chegou a ser internada na UTI, além de sofrer de depressão. A fala da deputada mostra que esse tipo de violência é um problema institucional, que acontece diariamente e, por isso, precisa ser combatido com fortes mecanismos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de compreender o conceito de violência política de gênero – tema central do trabalho – sua incidência, suas formas e meios de ocorrência, foi possível identificá-la em alguns casos que aconteceram na política brasileira. Somado a isso, ao pesquisar e analisar números sobre a presença feminina no universo político, foi fácil notar as consequências desse tipo de violência na realidade dos espaços de poder e tomada de decisões do Brasil.

Após essa introdução com conhecimentos preliminares e importantes para a compreensão e identificação da violência política de gênero, pode-se responder as indagações e reflexões feitas na introdução deste trabalho. Os casos narrados nesta pesquisa mostraram que nem sempre acontecem fortes consequências para os agressores, sendo eles apenas afastados de seus cargos por algum tempo limitado ou nem isso. Contudo, as consequências sempre existem para as vítimas, como por exemplo, problemas psicológicos e traumas deixados pelos fatos acontecidos, o que prejudica bastante a saúde das mulheres candidatas e eleitas.

Nos casos apresentados, as mulheres ainda possuem carreira política, com exceção de Marielle Franco, que infelizmente teve sua vida ceifada, graças a esse tipo de violência que toma grandes proporções de forma recorrente. Não obstante, é fato que a vida política dessas mulheres sofre alterações frequentemente devido a ocorrência da citada violência, uma vez que os fatos acontecidos acarretam medos e inseguranças.

A paridade de gênero na política, ou seja, a igualdade da presença feminina e masculina nos espaços de poder, com certeza ainda é sonhada por inúmeras mulheres que participam da política brasileira. Todavia, para que ela seja realmente alcançada, ainda há um longo caminho a ser percorrido. O sexo feminino precisa, primeiramente, ser respeitado e visto com as mesmas capacidades intelectuais do sexo masculino. Após, é necessário que seja dada credibilidade às ideias, colocações e posicionamentos feitos por mulheres eleitas e candidatas.

Pensado por esse mesmo viés, vê-se que a violência política de gênero causa consequências também para as futuras gerações femininas, que ainda terão que enfrentar dificuldades na eleição de mulheres, até a realidade brasileira, em relação a presença feminina na política, conseguir evoluir. Isso acontece uma vez que esse problema provoca fortemente o desinteresse e o desincentivo às candidaturas femininas, justamente pelo medo que elas sentem ao tomarem conhecimento de casos extremos que já aconteceram, como o de Marielle Franco, e que, infelizmente, podem vir a acontecer novamente se não houver alterações nessa situação desigual e machista da política brasileira.

REFERÊNCIAS

SOUTO, Luana Mathias; PUCMINAS), Redes DH (PPGD. Você sabe o que é violência política de gênero e como identificá-la? Portal SER-DH, 2021. Disponível em: <https://serdh.mg.gov.br/repositorio-artigos/artigo/voce-sabe-o-que-e-violencia-politica-de-genero-e-como-identifica-la>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

ONU MULHERES. Em toda a América Latina, as mulheres lutam contra a violência na política. 10 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/em-toda-a-america-latina-as-mulheres-lutam-contra-a-violencia-na-politica/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher na Vida Política. 2017. Disponível em: <http://www.oas.org/en/mesecvi/docs/LeyModeloViolenciaPolitica-EN.pdf>. Acesso em: 20 conjuntos. 2020.

O QUE SÃO AS COTAS PARA MULHERES NA POLÍTICA E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA? MARQUES, Danusa. 13 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. O custo de fazer política? Analisando a violência e o assédio contra mulheres políticas. Perspectives on Politics, vol. 18, edição 3, 2020, p. 740-755. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/997569433135FA170B2789C88A48DD17/S1537592719001397a.pdf/cost_of_doing_politics_analyzing_violence_and_harassment_againsticians_againstaff. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

NÚMERO DE MULHERES ELEITAS EM 2018 CRESCE 52,6% EM RELAÇÃO A 2014. TSE, 08 de março de 2024, atualizado em 11 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

BANCADA FEMININA NA CÂMARA SOBE DE 51 PARA 77 DEPUTADAS. HAJE, Lara; BECKER, Márcia. Câmara dos Deputados. 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

CONHEÇA TODOS OS PRESIDENTES DO BRASIL!. Alex dos Santos. 22 de Maio de 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/presidentes-do-brasil/>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

VEREADORA MARIELLE FRANCO É ASSASSINADA A TIROS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO. MARINNATO, Luã; SOARES, Rafael. 14 de março de 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/vereadora-marielle-franco-assassinada-tiros-na-regiao-central-do-rio-22491083.html>. Acesso em; 24 de setembro de 2024.

MARIELLE FRANCO, VEREADORA DO PSOL, É ASSASSINADA NO CENTRO DO RIO APÓS EVENTO COM ATIVISTAS NEGRAS. MARREIRO, Flávia. 15 de março de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

EM TODA A AMÉRICA LATINA, AS MULHERES LUTAM CONTRA A VIOLÊNCIA NA POLÍTICA. ONU MULHERES. 10 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/em-toda-a-america-latina-as-mulheres-lutam-contra-a-violencia-na-politica/>. Acesso em; 24 de setembro de 2024

ALESP: DEPUTADA REGISTRA QUEIXA CONTRA COLEGA POR PASSADA DE MÃO. BERMÚDEZ, Ana Carla. 17 de janeiro de 2020. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/17/isa-penna-denuncia-deputado-fernando-cury-por-assedio-na-alesp.htm>>. Acesso em: 24 de setembro de 2024

CASO ISA PENNA: EM DECISÃO INÉDITA, ALESP SUSPENDE DEPUTADO FERNANDO CURY POR SEIS MESES POR PASSAR A MÃO NA COLEGA. REIS, Vivian. 01 de abril de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghtml>>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

VEREADORA É AGREDIDA POR COLEGA DURANTE DISCUSSÃO POR OBRA INACABADA. FERNANDES, Adriano. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/vereadora-e-agredida-por-colega-durante-discussao-por-obra-inacabada>>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

LONGE DE SESSÃO POR MEDIDA PROTETIVA, VEREADOR VIRA ALVO DE QUEBRA DE DECORO E MAIS DOIS BOS. MÍDIAMAX. 26 de maio de 2020. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/politica/transparencia/2020/longe-de-sessaopor-medida-protetiva-vereador-vira-alvo-de-quebra-de-decoro-e-mais-2-bos>>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

PINHO, Tássia Rabelo de. “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e67271, 2020.

Deputadas relatam casos de violência dentro do Poder Legislativo. OLIVA, Gabriela. 09 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/deputadas-relatam-casos-de-violencia-sofridos-dentro-do-poder-legislativo/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.